

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BRUNO PRUDENTE DE OLIVEIRA

**BRICS E O PROJETO DE DESDOLARIZAÇÃO: ENTRE O DISCURSO DE
COOPERAÇÃO E AS ASSIMETRIAS DE PODER**

Uberlândia
2026

BRUNO PRUDENTE DE OLIVEIRA

**BRICS E O PROJETO DE DESDOLARIZAÇÃO: ENTRE O DISCURSO DE
COOPERAÇÃO E AS ASSIMETRIAS DE PODER**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Economia e Relações Internacionais da
Universidade Federal de Uberlândia como requisito
parcial para obtenção do título de bacharel em
Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Matheus de Oliveira Pereira

Uberlândia

2026

BRUNO PRUDENTE DE OLIVEIRA

**BRICS E O PROJETO DE DESDOLARIZAÇÃO: ENTRE O DISCURSO DE
COOPERAÇÃO E AS ASSIMETRIAS DE PODER**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Economia e Relações Internacionais da
Universidade Federal de Uberlândia como requisito
parcial para obtenção do título de bacharel em
Relações Internacionais.

Uberlândia, 06 de março de 2026.

Banca Examinadora

Prof Dr. Matheus de Oliveira Pereira
Instituto de Relações Internacionais - Universidade Federal de Uberlândia

Profa. Msc. Laís Benevenuto de Azevedo
Instituto de Relações Internacionais - Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. David Almstadter Mattar de Magalhães
Instituto de Relações Internacionais - Universidade Federal de Uberlândia

DEDICATÓRIA

Primeiramente, quero dedicar esse trabalho aos meus pais, que sempre estiveram me acompanhando ao longo da vida e sempre me impulsionam a correr atrás das minhas metas e objetivos..

Dedico também este trabalho a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para minha trajetória acadêmica, especialmente àquelas que acreditaram em mim nos momentos mais difíceis.

Dedico este trabalho aos professores de graduação que me instigaram a pensar e pesquisar e delimitar o tema da minha pesquisa

Dedico este trabalho também a todas pessoas que depositam sua fé nos estudos visando alcançar mais oportunidades, e uma mudança de vida significativa.

Por fim, dedico este trabalho a um acesso igualitário de oportunidades na educação brasileira, visando contribuir para construção de conhecimento e principalmente o incentivo a maiores investimentos, a fim de consolidar a longo prazo o acesso verdadeiramente igualitário a uma educação de qualidade e justa.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus, por ter chegado até aqui, sem ele não teria sido possível.

Ademais, também agradeço a ele, pela família que me permitiu fazer parte e que nunca me deixou desamparado quando eu mais precisei. Ao contrário, sempre estiveram, quiseram e querem fazer parte da minha vida.

Agradeço aos meus pais por sempre acreditarem, me instruírem e me incentivarem a correr atrás dos meus objetivos. E principalmente o amor que independente da distância física ao longo dos anos de graduação sempre traduziu meu porto seguro.

Viver longe não é fácil, principalmente daqueles que mais se ama, mas efetivamente me fez crescer, amadurecer e ter a força necessária para enfrentar os diversos desafios que surgem ao longo do percurso.

No que diz respeito, ao desenvolvimento concreto desta pesquisa não posso deixar de mencionar e agradecer meu professor e orientador Prof. Dr. Matheus de Oliveira Pereira, que esteve presente em todas etapas do processo do desenvolvimento do seguinte trabalho, se dispondo em sempre sanar minhas dúvidas, me orientar e verdadeiramente me ajudar em diversos momentos nos quais me encontrava com dificuldades. Obrigado por sua disposição, paciência e parceria ao longo de todo processo.

Em última instância, gostaria de agradecer o aceite e a disposição dos renomados professores convidados que irão compor a banca e acompanharão a minha defesa. Espero que seja um momento memorável. Meu muito obrigado!

“Change in the international monetary system is more likely to be evolutionary than revolutionary.” (Helleiner; Wang, 2018, p. 574)

RESUMO

Este trabalho analisa em que medida a proposta de desdolarização promovida pelo BRICS pode configurar uma alternativa viável à ordem financeira internacional centrada no dólar, considerando os interesses de política externa e as assimetrias internas de seus países-membros. A partir de uma análise histórica e estrutural do Sistema Monetário e Financeiro Internacional (SMFI), o estudo contextualiza a consolidação da centralidade do dólar desde o colapso de Bretton Woods até a crise financeira global de 2008, momento em que se intensificam as críticas à governança financeira internacional. Ademais, é estudado a atuação do BRICS por meio da análise das posições nacionais de China, Rússia, Brasil, Índia e África do Sul, bem como os principais instrumentos mobilizados pelo grupo, dentre eles o Novo Banco de Desenvolvimento, o Arranjo Contingente de Reservas e o incentivo ao uso de moedas locais. No decorrer da análise percebe-se que, embora exista convergência discursiva em torno da necessidade de maior autonomia financeira e diversificação monetária, as respostas nacionais são marcadamente heterogêneas. De modo que as assimetrias econômicas, financeiras, geopolíticas e institucionais entre os membros limitam a coordenação e o alcance efetivo das iniciativas de desdolarização no curto prazo. Consequentemente, o estudo mostra que o BRICS atua como uma coalizão que assume um caráter de contestação à ordem financeira vigente, ainda que de forma gradativa, sem constituir, no horizonte imediato, uma alternativa sistêmica capaz de substituir a centralidade do dólar no SMFI.

Palavras-chave: BRICS. Sistema Monetário e Financeiro Internacional. Desdolarização. Sul Global. Governança financeira.

ABSTRACT

This paper analyzes the extent to which the de-dollarization proposal promoted by BRICS may constitute a viable alternative to the dollar-centered international financial order, taking into account the foreign policy interests and internal asymmetries of its member countries. Based on a historical and structural analysis of the International Monetary and Financial System (IMFS), the study contextualizes the consolidation of the dollar's centrality from the collapse of Bretton Woods to the 2008 global financial crisis, a moment in which criticisms of international financial governance intensified. Furthermore, the paper examines BRICS' actions through an analysis of the national positions of China, Russia, Brazil, India, and South Africa, as well as the main instruments mobilized by the group, including the New Development Bank, the Contingent Reserve Arrangement, and the promotion of local currency use. Throughout the analysis, it becomes evident that, although there is discursive convergence around the need for greater financial autonomy and monetary diversification, national responses are markedly heterogeneous. As a result, economic, financial, geopolitical, and institutional asymmetries among the members limit coordination and the effective reach of de-dollarization initiatives in the short term. Consequently, the paper shows that the BRICS operate as a coalition that adopts a contestatory stance toward the prevailing financial order, albeit in a gradual manner, without constituting, in the immediate horizon, a systemic alternative capable of replacing the dollar's centrality in the IMFS.

Keywords: BRICS. International Monetary and Financial System. De-dollarization. Global South. Financial governance.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BIS –	Bank for International Settlements (Banco de Compensações Internacionais)
BRIC –	Brasil, Rússia, Índia e China
BRICS –	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BRICS Plus –	Ampliação do BRICS com a incorporação de novos países do Sul Global (Irã, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Etiópia e Indonésia)
CRA –	Contingent Reserve Arrangement (Arranjo Contingente de Reservas)
EUA –	Estados Unidos da América
FED –	Banco Central dos Estados Unidos
FIMA -	Foreign and International Monetary Authorities (Autoridades Monetárias Internacionais e Estrangeiras)
FMI –	Fundo Monetário Internacional
IBAS –	Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul
NBD –	Novo Banco de Desenvolvimento
OMC –	Organização Mundial do Comércio
ONU –	Organização das Nações Unidas
SMFI –	Sistema Monetário e Financeiro Internacional
SDR -	Special Drawing Rights (Direito a Saque Especial)
SWIFT –	Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication (Sociedade para Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais)
URSS –	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

2 O SMFI E O SEUS IMPACTOS NO SUL GLOBAL.....	13
2.1 O Sistema Monetário e Financeiro Internacional e suas assimetrias estruturais.....	13
2.2 Transformações do SMFI: de Bretton Woods ao padrão dólar flexível.....	15
2.3 O Desgaste da Hegemonia Americana a partir da queda do Sistema Bretton Woods...	17
2.4 Fim da Guerra Fria e a Ascensão de Novos Pólos de Poder.....	17
2.5 Antecedentes da Crise de 2008.....	18
3 POSIÇÃO DOS MEMBROS BRICS FRENTE AO SMFI.....	20
3.1 Posições nacionais frente ao SMFI.....	20
3.1.1 China.....	20
3.1.2 Rússia.....	21
3.1.3 Brasil.....	22
3.1.4 Índia.....	23
3.1.5 África do Sul.....	23
3.2 Análise dos posicionamentos.....	26
4 PROPOSTAS DE REFORMA DO SMFI E DESDOLARIZAÇÃO NO ÂMBITO DOS BRICS.....	27
4.1 A agenda de reforma do SMFI no âmbito dos BRICS (2009–2013).....	27
4.2 Instrumentos financeiros e monetários mobilizados pelos BRICS (2009–2022).....	28
4.3 BRICS Plus e a ampliação da agenda de reforma (a partir de 2023).....	29
4.4 Alcance e limites das propostas de reforma.....	29
5 CONVERGÊNCIAS, DIVERGÊNCIAS E ASSIMETRIAS INTERNAS DOS BRICS COMO LIMITADORES DA DESDOLARIZAÇÃO.....	30
5.1 Convergências e Divergências.....	30
5.2 A posição chinesa e o desequilíbrio interno de protagonismo.....	31
5.3 Implicações.....	32
5.4 Assimetrias Internas como limitadores da Desdolarização.....	32
6 CONCLUSÃO.....	36
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

O acrônimo BRIC foi cunhado por Jim O'Neil, economista do banco Goldman Sachs, para designar países emergentes com mercados promissores no início dos anos 2000. Esses países, que também fazem parte de grupos de cooperação pré-existentes, como o IBAS¹ (Índia, Brasil e África do Sul), uniram-se com o objetivo de fortalecer a cooperação Sul-Sul e fortalecer sua posição em organismos multilaterais, como no âmbito da OMC (Moreira, 2012). Desde sua primeira cúpula, realizada em Yekaterinburgo (2009), o grupo vem ampliando sua institucionalização e cooperação temática, formando novas instituições e consolidando o eixo intrabloco (Daldegan, 2022). Assim, o grupo dos BRICs, paulatinamente passou a traduzir um modelo de clube informal, com normas constitutivas, regulatórias e processuais estáveis, traduzindo aos poucos um exemplo de instituição multilateral. Desde sua primeira Cúpula, em 2009, até a realização da Cúpula mais recente em 2025, o grupo passou a ser interpretado como uma coalizão que visa não apenas objetivos econômicos, mas também políticos, atuando como um clube informal que, apesar das assimetrias e conflitos de interesses entre seus membros, tem fortalecido sua influência em diversos fóruns internacionais, contribuindo para a emergência de um novo multilateralismo (Cooper; Farooq, 2015, p. 7)

Nesse sentido, à medida que o grupo passa a se consolidar no Sistema Internacional expondo suas demandas, fortalecem-se também o incentivo a projetos de reforma da governança internacional, visando obter maior autonomia e representatividade na Ordem Internacional. Como recorte histórico, é importante frisar que desde a crise financeira global de 2007-2008, a confiabilidade da liderança dos EUA e a racionalidade de manter a posição hegemônica do dólar têm sido crescentemente questionadas (Liu; Papa, 2022, p. 7). Consequentemente, passa também a ser questionado a eficácia e a equidade das principais instituições financeiras globais de concessão de empréstimos (Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional), que foram consolidadas a partir do acordo de Bretton Woods. Ao se pensar nas implicações desse processo, destaca-se a dependência excessiva das economias emergentes - considerando tanto o papel do Estado quanto os dos agentes econômicos/financeiros que atuam diretamente no capital transnacional – em relação ao dólar americano, aspecto esse principalmente condicionado à volatilidade cambial do dólar que recorrentemente leva ao agravamento do endividamento de tais países, enfraquecendo, pois, suas moedas locais (Conti; Prates, 2018)

¹ Com exceção à África do Sul, que passa a pertencer ao grupo efetivamente a partir de 2011

Destarte, esta pesquisa irá perpassar pelas medidas que foram tomadas pelos BRICS no que tange a reforma do Sistema Financeiro Global e o alcance efetivo que essas propostas realmente tiveram e ainda têm na prática. Com isso, o objetivo geral desta pesquisa é compreender os interesses de cada componente do BRICS, ao longo da formação do grupo e o efeito das assimetrias internas existentes entre eles sobre a consolidação da implementação de um real projeto de desdolarização. Em outras palavras, busca-se compreender: em que medida a proposta de desdolarização promovida pelo BRICS pode configurar uma alternativa viável à ordem financeira internacional dominada pelo dólar, considerando os interesses de política externa de seus países-membros?

Por isso, a hipótese que orientará a pesquisa propõe que a heterogeneidade de interesses e as assimetrias internas dos BRICS, principalmente no âmbito político e econômico, limitem a curto prazo o alcance das propostas de desdolarização do Sistema Monetário Financeiro Internacional. Tais assimetrias se expressam, por exemplo, nos diferentes graus de autonomia que os membros do bloco têm no âmbito do SMFI. Nesse sentido, é importante rever as lacunas existentes nesse processo e compreender os principais interesses que mobilizam cada membro que compõe o BRICS visando analisar os desafios existentes à adesão efetiva da proposta de desdolarização. Consequentemente, para além de uma mera análise descritiva, esta pesquisa irá perpassar pelo potencial do grupo para mudança do Sistema Monetário e Financeiro Internacional, em vias de uma ordem mais equiparada e multipolar.

Finalmente, a relevância da seguinte pesquisa é justificada por assimilar historicamente e contemporaneamente as ações da política externa dos países que compõem o Sul global, dentre eles o Brasil, permitindo apontar lacunas e possíveis brechas que os países conjuntamente tenham para assumir uma maior autonomia dentro do Sistema Internacional. Para isso, as divergências internas entre os membros devem ser superadas, consolidando uma dinâmica que a longo prazo corrobora também na minimização das assimetrias de poder entre eles. Historicamente, sob a égide do BRICS, observa-se uma tentativa consistente de consolidação de uma ordem monetária e financeira mais autônoma e equilibrada, potencializando o fortalecimento do Sul Global frente ao Norte Global. Ainda assim, faz-se indispensável o reconhecimento de que tais iniciativas não se desenvolvem apenas no plano das relações entre Estados, mas também são atravessadas por diferentes interesses econômicos e sociais no interior dessas economias. Nesse sentido, as propostas de cooperação e reforma institucional no âmbito do BRICS devem ser compreendidas tanto como expressões de demandas por maior autonomia no sistema internacional quanto como processos condicionados

por estruturas internas de poder e por distintas estratégias de inserção na economia global. Consequentemente, este trabalho se traduz como uma temática de grande pertinência e atualidade, que possibilita pensar um novo modelo da ordem financeira internacional, onde os países do Sul Global sejam capazes de tomar mais decisões e ocupar maior centralidade. Isso pode ser verificado principalmente através do evidente desgaste do modelo neoliberal tradicional, justificando pois o fortalecimento das correntes contra hegemônicas e a ascensão de atores antes marginalizados que agora se articulam em prol de maior representatividade e paridade no Sistema Internacional. Do ponto de vista metodológico, ainda é válido mencionar que a pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, baseada em revisão de literatura e análise documental, com viés interpretativo-comparativo, voltada à análise das convergências e assimetrias internas dos BRICS e seus impactos sobre o projeto de desdolarização do Sistema Monetário e Financeiro Internacional. Por fim, a pesquisa seguirá a seguinte estrutura de trabalho: SMFI e impactos no Sul Global: Posição dos BRICS frente ao SMFI; Propostas de reforma do SMFI e desdolarização pelos BRICS; Convergências, Divergências e Assimetrias Internas dos BRICS como limitadores da Desdolarização e, por fim, a Conclusão.

2 O SMFI E O SEUS IMPACTOS NO SUL GLOBAL

Esta seção analisa o Sistema Monetário e Financeiro Internacional (SMFI) e seus impactos sobre o Sul Global, partindo de uma abordagem histórica e estrutural. Inicialmente, discute-se a formação do SMFI e suas assimetrias, bem como as transformações ocorridas desde Bretton Woods até o padrão dólar flexível. Em seguida, examina-se o desgaste da hegemonia americana, a reconfiguração do poder internacional no pós-Guerra Fria e os fatores que antecederam a crise financeira de 2008.

2.1 O Sistema Monetário e Financeiro Internacional e suas assimetrias estruturais

Segundo Eichengreen (2008, p. 21), o Sistema Monetário e Financeiro Internacional refere-se ao conjunto de regras, instituições e práticas que organizam as relações monetárias e financeiras entre países, incluindo moedas de referência, fluxos de crédito e mecanismos para ajustar desequilíbrios internacionais. Em outras palavras, esse sistema pode ser compreendido como um arranjo hierarquizado de moedas, no qual diferentes unidades monetárias ocupam posições desiguais em termos de aceitação internacional, liquidez e capacidade de denominar contratos e realizar pagamentos globais. Para Cohen (1998), por exemplo, a posição de uma moeda no sistema internacional depende de sua capacidade de exercer, de modo estável e

abrangente, as funções de meio de pagamento, unidade de conta e reserva de valor para além das fronteiras nacionais, o que confere poder monetário e vantagens específicas aos emissores das moedas mais aceitas. Assim, autores de distintas tradições teóricas confirmam a importância desse sistema e reconhecem que seu funcionamento está diretamente ligado a existência de uma hierarquia monetária.

Nesse quadro, Prates, Plihon e De Conti argumentam que a hierarquia monetária impõe aos países periféricos um triplo conjunto de problemas: (i) como suas moedas são estruturalmente menos líquidas, as taxas de câmbio tendem a ser mais voláteis, tornando a política cambial ao mesmo tempo mais necessária e mais difícil de executar; (ii) parte relevante da política macroeconômica fica “capturada” pelo esforço de conter essa volatilidade, o que se traduz em perda de autonomia, sobretudo na política monetária; e (iii) mesmo quando o juro não é mobilizado diretamente para defender o câmbio, sua determinação incorpora componentes externos — condições financeiras internacionais, prêmios de risco e expectativas — reduzindo a margem de manobra doméstica (De Conti; Prates; Plihon, 2014). Além disso, ao “deixar flutuar” o câmbio, esses países arcam com custos recorrentes — distorções de preços relativos, pressões inflacionárias, risco de *currency mismatches* e encurtamento do horizonte de expectativas — que reforçam a vulnerabilidade macroeconômica (De Conti; Prates; Plihon, 2014). Esse diagnóstico se aprofunda ainda mais quando se reconhece que a hierarquia monetária opera como restrição estrutural ao espaço de ação dos governos. Em contexto de globalização financeira, a hierarquia monetária internacional limita — de forma variável no tempo e entre países — a adoção de políticas keynesianas de estabilização e desenvolvimento, condicionando-as tanto ao regime monetário global quanto à configuração doméstica de instituições e instrumentos (Fritz; De Paula; Prates, 2018). No mesmo sentido, a hierarquia não se manifesta apenas via “mercados”, mas também por arranjos institucionais de última instância. Em crises, o acesso desigual à liquidez em dólar — por meio de *swap lines*, FIMA e SDR — estratifica as jurisdições monetárias, criando “camadas” de periferia e distribuindo vantagens competitivas e poder financeiro de modo seletivo, sob discricionariedade do Federal Reserve (FED) (Murau; Pape; Pforr, 2023). Evidências recentes², por sua vez, sugerem que ocupar posições inferiores na hierarquia tende a forçar a manutenção de juros estruturalmente mais altos (mesmo controlando fundamentos e o ciclo financeiro global) e que essa restrição se intensifica nas crises, justamente quando respostas anticíclicas seriam mais necessárias —

² Estudos empíricos que identificam diferenciais estruturais de juros entre economias centrais e periféricas, maior sensibilidade das taxas domésticas aos ciclos financeiros globais e comportamento mais pró-cíclico da política monetária em episódios de estresse financeiro internacional.

reforçando o viés pró-cíclico e a prioridade da “credibilidade externa” sobre objetivos domésticos (Dirksen; Bezemer, 2025). Nesse sentido, é importante distinguir o papel do Sistema Monetário Financeiro e Internacional e o processo de financeirização, tendo em vista que a dinâmica da manutenção dos juros, em questão, estaria diretamente ligada a hierarquia da posição das moedas dentro da estrutura do SMFI e não propriamente à crescente predominância das atividades financeiras sobre a economia real e a influência do capital financeiro sobre decisões domésticas e internacionais.

Por fim, atualizando a análise, De Conti e Prates (2018) identificam empiricamente determinantes contemporâneos da hierarquia do SMFI, na qual o dólar ocupa o topo, seguido por moedas conversíveis de economias centrais — como euro, iene e libra esterlina — e, na base, um conjunto de moedas periféricas que enfrentam limitações estruturais de acesso à liquidez internacional. Desse modo, a hierarquia monetária pode ser entendida como um dos principais mecanismos pelos quais o SMFI reproduz e reforça assimetrias entre centros e periferias, ampliando a vulnerabilidade externa das economias do Sul Global. Desde Bretton Woods, a elevada liquidez internacional do dólar sustenta sua centralidade como reserva de valor, meio de pagamento e unidade de denominação financeira; por essa via, os Estados Unidos preservam a maior autonomia na condução de sua política monetária, enquanto países periféricos permanecem mais expostos à volatilidade dos mercados, à necessidade de acumular reservas e, frequentemente, ao recurso a empréstimos condicionados do FMI (Helleiner, 1994; Strange, 1996).

Esse padrão também influencia escolhas de desenvolvimento: incentiva estratégias de curto prazo para “sinalizar” solvência externa, desloca prioridades para a gestão defensiva do balanço de pagamentos e pode induzir regimes de metas e âncoras que subordinam emprego e investimento à estabilidade cambial. Em síntese, tal arranjo hierárquico tende a perpetuar, no longo prazo, assimetrias profundas: ao restringir a autonomia macroeconômica de economias emergentes, ele as torna mais vulneráveis a choques de capitais e reforça padrões de dependência que condicionam a inserção do Sul Global no sistema internacional, evidenciando os limites estruturais impostos pelo próprio modo de produção capitalista global e contribuindo para a manutenção da centralidade dos Estados Unidos na ordem internacional.

2.2 Transformações do SMFI: de Bretton Woods ao padrão dólar flexível

A arquitetura do SMFI no pós-guerra foi definida pela Conferência de Bretton Woods (1944), que estabeleceu paridades cambiais estáveis em relação ao dólar, e possibilitou que o

dólar fosse conversível em ouro. É importante frisar que tal centralidade está diretamente relacionada a hegemonia americana, viabilizada pela combinação de seu poder econômico, capacidade institucional e liderança política, no período posterior a Segunda Guerra Mundial, de modo que Bretton Woods confirma o papel dos Estados Unidos, dentro da dinâmica da política internacional. Nesse contexto, a predominância industrial e financeira norte-americana, somada à concentração de reservas de ouro e à sua liderança na construção da arquitetura econômica internacional estabelecida na Bretton Woods permitiu institucionalizar o dólar como principal referência monetária do sistema internacional. A partir disso, a centralidade do dólar passou a refletir não apenas sua liquidez financeira, mas também a posição hegemônica dos Estados Unidos na estrutura de poder da economia política internacional. Assim, é também justificado, a proposta do economista Keynes (1944) por uma moeda internacional neutra ter sido superada pela proposta oficial americana de Harry White, cujo plano ficou conhecido como plano White, ancorando pois o sistema internacional no poder financeiro dos EUA. De modo que tal arranjo funcionou enquanto a economia americana mantinha superávits, mas entrou em crise nos anos 1960, diante dos déficits externos, somados aos custos da Guerra do Vietnã e à lógica do Dilema de Triffin³.

Com isso, em 1971, os EUA suspenderam a conversibilidade do dólar, e, em 1973, o sistema de paridades colapsou, inaugurando o regime de câmbio flexível. E, conseqüentemente, como argumenta Serrano (2007), o novo regime conhecido como dólar flexível, manteve a centralidade do dólar, mas acabou transferindo a instabilidade cambial para o restante do mundo. De modo que a continuidade do comércio e fluxos financeiros internacionais na mesma moeda, passaram a reproduzir flutuações cambiais contínuas, aumentando significativamente a vulnerabilidade das moedas periféricas, forçando, pois, ajustes constantes em suas respectivas políticas monetárias e taxas de juros, e logo pois a consolidação de uma desigualdade estrutural acentuada no sistema monetário internacional. Ademais, nos anos 1980, o choque de juros do FED (Banco Central dos Estados Unidos) desencadeia a crise da dívida no Sul Global, evidenciando ainda mais a vulnerabilidade das economias periféricas diante da nova ordem financeira. Por fim, Gowan (2003) mostra que essa transição consolidou um sistema dominado pelos mercados privados de capitais, caracterizado por alta volatilidade e crescente financeirização. A centralidade de Wall Street e a capacidade dos EUA de financiar déficits sem enfrentar restrições típicas de países periféricos reforçaram sua hegemonia. Em

³ Explica que quando a moeda de um país vira a principal moeda internacional, esse país precisa emitir moeda e manter déficits para abastecer o mundo, no entanto, simultaneamente, tal processo enfraquece a confiança nessa moeda, colocando pois todo o sistema em risco (Triffin, 1960).

contrapartida para o Sul Global, o novo regime significou maior exposição a ciclos financeiros, dependência de liquidez externa e recorrentes crises cambiais ao longo das décadas de 1980 e 1990.

2.3 O Desgaste da Hegemonia Americana a partir da queda do Sistema Bretton Woods

O colapso do regime de Bretton Woods marcou não apenas o fim da conversibilidade do dólar em ouro, mas também intensificou mudanças estruturais na ordem monetária internacional, inaugurando um processo mais amplo de desregulamentação do mercado financeiro. Nesse sentido, embora a adoção do padrão dólar flexível tenha preservado o papel internacional da moeda americana, garantindo aos Estados Unidos a capacidade de financiar seus déficits sem enfrentar pressões típicas de balanço de pagamento. Com o processo de liberalização financeira e o crescimento dos mercados privados de capitais, o sistema passou a operar de forma mais volátil e descentralizada, enfraquecendo, pois, parcialmente a capacidade dos EUA de controlar o funcionamento do SMFI nos moldes do pós-guerra. Autores como Serrano (2007) destacam que, apesar de o dólar permanecer no centro do sistema, sua hegemonia passa a depender cada vez mais da disposição dos agentes financeiros globais em continuar demandando ativos denominados em dólar, em vez de um mecanismo institucional formal. Assim, esse processo de financeirização internacional, enfatizado por Gowan (2003), favoreceu a expansão do poder de Wall Street, mas reduziu a previsibilidade e maior controle das relações monetárias globais, aprofundando assimetrias e impondo custos desproporcionais aos países emergentes. Logo, como observado, o desgaste da hegemonia americana não se expressa em perda imediata de centralidade, mas na crescente fragilidade e contestação do sistema que a sustenta, abrindo assim espaço para tensões, disputas e iniciativas alternativas em diferentes regiões do mundo.

2.4 Fim da Guerra Fria e a Ascensão de Novos Pólos de Poder

A compreensão do Sistema Monetário e Financeiro Internacional contemporâneo exige relacionar sua arquitetura, consolidada no pós-1944 conforme discutido no item 2.1, com as transformações estruturais provocadas pelo fim da Guerra Fria. Se Bretton Woods inaugurou uma ordem monetária hierarquizada e ancorada no dólar, a dissolução da União Soviética, em 1991, reconfigurou o ambiente político-econômico no qual essa hierarquia passou a operar. Historicamente, a Guerra Fria sustentava uma ordem bipolar que, ainda que profundamente assimétrica, organizava o sistema internacional em duas esferas de influência, capitalista e

socialista, conferindo aos EUA e à URSS a centralidade político-econômica global. No entanto, a partir do colapso soviético, essa estrutura perdeu seu caráter bipolar, consolidando um período de unipolaridade norte-americana que reforçou, inclusive, o papel do dólar como referência central das transações financeiras e monetárias internacionais. Ao mesmo tempo, a abertura de mercados, a intensificação da globalização produtiva e financeira e a reorganização das instituições multilaterais permitiram o gradual deslocamento do eixo de dinamismo econômico. Por meio disso, os países que compunham o Terceiro Mundo (Sauvy, 1952) passaram a ampliar seu peso relativo na economia internacional, reivindicando maior participação institucional e influenciando debates sobre governança econômica. Assim tal movimento favoreceu a emergência de novos fóruns e coalizões, como a OMC (1995), o G20 (1999), a Organização para Cooperação de Xangai (2001) e o IBAS (2003), que buscaram diversificar agendas, ampliar o multilateralismo e criar alternativas (ainda que complementares) à ordem consolidada no pós-Bretton Woods (Garcia; Lannes; Rezende, 2023). Nesse contexto, a ascensão de economias emergentes fortaleceu o protagonismo do Sul Global e abriu espaço para iniciativas que questionam, ainda que de forma limitada, a concentração de poder financeiro e decisório nas mãos das economias centrais. É nesse ambiente pós-Guerra Fria, marcado pela combinação entre continuidade da hegemonia do dólar e crescente pluralização de polos econômicos, que surge a coalizão dos BRICS, concebida como mecanismo estratégico de cooperação e busca por maior representatividade no sistema internacional (Liu; Papa, 2022).

2.5 Antecedentes da Crise de 2008

No começo dos anos 2000 com a eclosão dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, novamente as atenções voltaram-se para os Estados Unidos no plano internacional. Internamente, verificava-se uma desaceleração econômica que coagiu o FED a reduzir a taxa básica de juros para cerca de 1%, estimulando o crédito e o mercado imobiliário. Consequentemente, no ano seguinte, o governo americano aumentou as taxas de juros entre 2003 e 2007, contribuindo para os primórdios da formação de uma bolha imobiliária que em um curto espaço de tempo implicaria em uma grave crise financeira (Roubini; Mihm, 2010). Nesse sentido, o excesso de crédito no mercado imobiliário, especialmente no segmento *subprime* (de alto risco), passou a alimentar uma bolha insustentável, que estourou quando a inadimplência cresceu, provocando uma crise no sistema financeiro, a liberalização dos mercados financeiros e a desregulamentação das instituições permitiram uma ainda maior

exposição ao risco, criando um ambiente propício para a rápida propagação da crise, principalmente levando-se em consideração a interconexão direta dos mercados globais (Roubini; Mihm, 2010). Assim, o conjunto formado pelo excesso de crédito, risco sistêmico, alta interdependência dos mercados e falta de regulamentação eficaz foram os principais fatores que desencadearam a crise global de 2008 (Shiller, 2009).

Por conseguinte, o estopim da crise acentua significativamente o anseio dos países emergentes pela reestruturação do Sistema Monetário Financeiro e Internacional, sentimento este que reforça o diálogo/vínculo entre eles, já articulados em grupos como IBAS e OMC, a fim de buscar o fortalecimento de sua posição no sistema internacional e principalmente atuar como um contraponto à ordem econômica até então vigente e que ainda reflete o momento atual. Com isso, o grupo dos BRICs enquanto um bloco do Sul Global, passa assumir cada vez mais um papel de destaque na Ordem Internacional, promovendo cúpulas anuais, que permitirão delinear novas táticas e estratégias para alcançar uma melhor posição nesse sistema, ganhando paulatinamente força a ideia de que a moeda de reserva utilizada mundialmente, já não é mais eficaz no sentido de regular devidamente o Sistema Monetário e Financeiro Internacional, e por isso pois a ascensão do tema da desdolarização.

No entanto, existem diferentes perspectivas sobre a viabilidade de implementação de um sistema alternativo tal qual a lógica de desdolarização da economia, principalmente levando-se em consideração a atual dinâmica do BRICS onde existem assimetrias significativas em diversas camadas, como os interesses visados, a capacidade de ação e autonomia dentro da lógica do Sistema Internacional frente a hegemonia do dólar. Por conseguinte, faz-se necessário compreender os principais interesses que mobilizam cada um dos integrantes dos BRICs a constituírem o grupo, por meio dos seus respectivos projetos de política externa. Nesse sentido, este trabalho busca analisar o panorama oficial das posições de cada membro em relação ao Sistema Monetário e Financeiro Internacional, avaliando como suas estratégias macroeconômicas e de política externa refletem intenções de reconfigurar a ordem monetária internacional e reduzir a dependência do dólar, sem aprofundar os tensionamentos internos entre agentes públicos e privados que também influenciam essas decisões. Por isso recorreremos, nas próximas seções, a alguns discursos oficiais de cada país membro do grupo, visando obter uma maior clareza sobre os interesses em voga, as assimetrias existentes, e os desafios inerentes a este processo.

3 POSIÇÃO DOS MEMBROS BRICS FRENTE AO SMFI

Esta seção analisa as posições dos países do BRICS: China, Rússia, Brasil, Índia e África do Sul, em relação ao Sistema Monetário e Financeiro Internacional (SMFI). Para cada país, estão sendo examinados o diagnóstico sobre o sistema monetário internacional, as motivações das iniciativas adotadas, os instrumentos utilizados e os principais limites dessas estratégias, destacando como fatores econômicos e políticos influenciam suas formas de atuação no debate sobre reformas do SMFI. Para tanto, primeiramente, faz-se necessário delimitar o espaço de tempo sobre o qual será embasado a análise das posições dos países do BRICS frente ao Sistema Monetário e Financeiro Internacional (SMFI).

O marco temporal dos posicionamentos que serão analisados remete ao período posterior à crise financeira internacional de 2008, tendo como referência a primeira Cúpula do grupo, realizada em 2009. Tal recorte é justificado pelo aumento dos questionamentos à governança financeira global e à centralidade do dólar, bem como pela maior institucionalização da coordenação política entre os países membros a partir desse momento. Assim, considerar os posicionamentos nacionais é fundamental, para melhor compreender as capacidades econômicas, as estruturas financeiras e os interesses geopolíticos de cada Estado membro, contribuindo também para a compreensão da atuação do BRICS no âmbito do SMFI como um todo. Com essa abordagem torna-se possível identificar tanto os pontos de convergência que sustentam a coalizão quanto às divergências que limitam a construção de uma agenda plenamente homogênea, especialmente no que se refere à desdolarização. Desse modo, é válido mencionar que embora as respostas ao SMFI variem significativamente entre os países do grupo, observa-se, em comum, uma postura crescente de diversificação, expressa na busca por redução da vulnerabilidade cambial, no maior uso de moedas locais em transações bilaterais e no desenvolvimento de mecanismos financeiros alternativos ao sistema financeiro internacional tradicional. Para isso, em seguida, faz-se uma análise individualizada e particular de cada país membro, a fim de ilustrar tal processo.

3.1 Posições nacionais frente ao SMFI

3.1.1 China

No período posterior à crise financeira de 2008, a China consolidou uma posição crítica em relação à arquitetura do Sistema Monetário e Financeiro Internacional, especialmente no que se refere à centralidade do dólar como principal moeda de reserva. Tal posicionamento,

embora tenha raízes anteriores, ganhou maior projeção no contexto de instabilidade global desencadeado pela crise, quando autoridades chinesas passaram a questionar abertamente a capacidade do sistema vigente de sustentar o crescimento econômico internacional. Desde a crise financeira asiática de 1997, a busca pela reforma do Sistema Financeiro Global ocupa um espaço considerável na agenda de política externa chinesa, fato esse evidenciado pela fala dos representantes do Banco Popular da China: *“the role of international reserve currency played by a few countries’ national currency has been a major source of instability in the international monetary system”* (Dai, 1999).

Essa crítica foi posteriormente reforçada no plano político, quando o então presidente Hu Jintao declarou que *“the current international currency system is the product of the past”* (Hu Jintao, 2011) indicando a percepção chinesa de descompasso entre a estrutura monetária internacional e as transformações da economia global. No entanto, a atuação chinesa no âmbito do BRICS e do SMFI caracteriza-se menos por uma estratégia de ruptura imediata e mais por um processo gradual de diversificação e internacionalização da sua moeda comercial, o renminbi. Medidas como a ampliação do uso da moeda em acordos bilaterais, a assinatura de *swaps* cambiais e a criação de instituições financeiras alternativas refletem uma estratégia pragmática de redução da dependência do dólar, compatível com a posição sistêmica ocupada pela China na economia mundial (FMI; BIS). Nesse sentido, gradualmente, a China combina seu discurso reformista com capacidade material concreta para impulsionar mudanças incrementais no sistema monetário internacional.

3.1.2 Rússia

A posição russa frente ao SMFI no período posterior à crise financeira internacional de 2008 é fortemente marcada por considerações geopolíticas e pelo impacto de sanções econômicas. A rivalidade com os Estados Unidos e, sobretudo, o uso de instrumentos financeiros internacionais como mecanismo de pressão política reforçaram a percepção de que a centralidade do dólar constitui um fator de vulnerabilidade política para países desalinhados, ou que estão em aberta confrontação com Estados Unidos. Esse entendimento foi explicitado por autoridades russas em diferentes momentos. Em 2012, o vice-ministro das Relações Exteriores, Sergei Ryabkov, afirmou que *“it is necessary to become less dependent on the dollar”* (Labetskaya, 2012). De forma semelhante, o presidente Vladimir Putin destacou que os países do BRICS *“are ready to work together (...) to overcome the excessive domination of the limited number of reserve currencies”* (Putin, 2017), vinculando a agenda de reformas monetárias à atuação coletiva do grupo.

A intensificação das sanções financeiras após 2022 evidenciou o papel da moeda dominante e da infraestrutura financeira internacional como instrumentos de coerção econômica. O congelamento de reservas internacionais russas, a exclusão de instituições financeiras de sistemas de pagamento internacionais e restrições ao acesso a mercados financeiros foram descritos como parte de um mecanismo de pressão associado à hegemonia do dólar, denominado “Bomba Dólar” (Carneiro, 2024).

Além do discurso, a Rússia adotou medidas concretas voltadas à redução do uso do dólar, incluindo a ampliação do comércio bilateral em moedas nacionais, a diversificação de reservas internacionais e o fortalecimento de sistemas de pagamento alternativos. Em 2018, Putin voltou a enfatizar que o *"The monopoly of the U.S. dollar is not reliable enough, it is dangerous for many"* (Golubkova; Pinchuk; Soldatkin, 2018), reforçando a leitura russa de que a desdolarização é não apenas desejável, mas necessária para a segurança econômica nacional.

3.1.3 Brasil

No caso brasileiro, a posição frente ao dólar e ao SMFI combina um discurso político favorável à autonomia monetária com limitações estruturais significativas. A partir do final dos anos 2000 e início da década de 2010, o Brasil demonstrou alinhamento retórico com propostas de redução da dependência do dólar, especialmente no âmbito do BRICS (Araripe; Peruffo; Moreira Cunha, 2025, p. 289). Esse posicionamento foi explicitado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao afirmar que o grupo deveria buscar mecanismos próprios de liquidação comercial, destacando: “estou apenas tentando não ser dependente do dólar americano” (Lula da Silva, 2009, *apud* Escobar, 2019; Liu; Papa, 2023, p. 26).

A mesma dinâmica pode ser observada durante o governo Dilma Rousseff, cuja atuação posterior como presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, reforça o engajamento brasileiro com estratégias institucionais de reforma da governança financeira internacional e, logo, a defesa da desdolarização em prol de uma maior soberania econômica. No entanto, dados sobre o comércio exterior indicam que o dólar continuou a dominar o faturamento das exportações brasileiras, mesmo quando os Estados Unidos não figuravam como principal destino comercial (Casas et al., 2017). Dessa forma, observa-se uma discrepância entre discurso e prática, explicada principalmente pelos limites estruturais da economia brasileira, que condicionam suas capacidades e restringem sua autonomia no sistema internacional. Assim, compreender a tradição da política externa brasileira está diretamente relacionada ao papel de subalternidade ocupado pelo Brasil, alicerçando uma relação de dependência frente

aos EUA (Vigevani; Cepaluni, 2011; Cervo, 2008). Aspecto esse que ajuda a compreender por que a atuação do Brasil no BRICS se concentrou sobretudo no apoio político e institucional à agenda de reformas, em contraste à implementação de medidas mais concretas de desdolarização.

3.1.4 Índia

A Índia adotou, desde o início, uma postura cautelosa em relação a propostas explícitas de substituição do dólar. Embora tenha apoiado reformas em instituições como o FMI e o Banco Mundial, o governo indiano demonstrou resistência a iniciativas que pudessem ser interpretadas como confrontacionais em relação aos Estados Unidos, parceiro estratégico relevante no contexto regional e global (Economic Times, 2009). Essa cautela ficou evidente quando a Índia considerou excessivamente ideológicas as propostas de criação de uma nova moeda de reserva global apresentadas por China e Rússia em 2009 (Economic Times, 2009, *apud* Liu; Papa, 2023, p. 26). Ainda assim, a Índia passou a adotar medidas pragmáticas de diversificação, como o estímulo ao uso da rupia em comércio bilateral e a criação de grupos de trabalho para avaliar sua utilização em transações internacionais (Dash; Sharma; Nizami, 2019). Além disso, a Índia desempenhou papel central na institucionalização financeira do BRICS, especialmente no processo que levou à criação do Novo Banco de Desenvolvimento em 2014, ao sediar a instituição em Xangai e ocupar a primeira presidência do banco, aspecto esse que reforça sua atuação diplomática na consolidação do arranjo financeiro do grupo e ao mesmo tempo traduz-se como uma estratégia indireta de redução da dependência do dólar, baseada no fortalecimento de mecanismos financeiros alternativos, e não em uma agenda explícita de desdolarização (Ministério das Finanças da Índia; NDB).

3.1.5 África do Sul

A África do Sul apresenta uma postura mais moderada em relação à desdolarização, refletindo sua integração histórica ao sistema financeiro internacional. Ainda assim, após sua incorporação ao BRICS, o país passou a apoiar iniciativas voltadas à redução da vulnerabilidade cambial e à ampliação do uso de moedas locais no comércio intra-bloco. Durante a Cúpula do BRICS de 2011, o então ministro do Comércio e Indústria, Rob Davies, afirmou que os países do grupo poderiam “*protect themselves from currency volatility by trading directly in their own currencies*” (Davies, 2011, *apud* Brand South Africa; Liu; Papa, 2023, p. 28). Posteriormente, Davies reiterou que a volatilidade enfrentada por economias em

desenvolvimento decorre de dinâmicas externas, e não de fatores domésticos (Economic Times, 2013). A inclusão do renminbi nas reservas internacionais sul-africanas e o crescimento do seu uso em transações com a China refletem muito mais uma estratégia de diversificação voltada à gestão de riscos, do que a uma tentativa de ruptura com o sistema monetário vigente (SWIFT, 2015; Banco Central da África do Sul).

Quadro 1 – Síntese Comparativa das posições nacionais dos BRICS frente ao SMFI

País	Diagnóstico do SMFI	Motivação Principal	Instrumentos Mobilizados	Limites/Contradições
China	Centralidade do dólar como fonte de instabilidade e descompasso com a economia global.	Reduzir gradualmente a dependências do dólar e adequar o SMFI às transformações da economia mundial	Internacionalização do renminbi; uso em acordos bilaterais; <i>swaps</i> cambiais; criação de instituições financeiras alternativas	Estratégia incremental e de não-ruptura, compatível com sua posição sistêmica na economia global
Rússia	Centralidade do dólar como vulnerabilidade estratégica e instrumento de coerção geopolítica	Garantir a segurança econômica nacional e reduzir a exposição a sanções internacionais	Ampliação do comércio em moedas nacionais; diversificação de reservas; fortalecimento de sistemas de pagamento alternativos.	Estratégia fortemente reativa às sanções e com limites de coordenação internacional
Brasil	Reconhecimento discursivo da dependência do dólar no SMFI	Busca por autonomia monetária e soberania econômica no discurso político	Apoio político à criação de mecanismos alternativos de liquidação comercial no âmbito do BRICS	Discrepância entre discurso e prática; manutenção da dominância do dólar no comércio exterior
Índia	Postura cautelosa frente a propostas explícitas de substituição do dólar.	Preservar parcerias estratégicas e adotar pragmatismo econômico	Estímulo ao uso de rupia em comércio bilateral; criação de grupos de trabalho; protagonismo na criação do NBD	Resistência a iniciativas explícitas de desdolarização e rejeição a propostas consideradas ideológicas
África do Sul	Integração histórica ao SMFI e exposição à volatilidade cambial	Gestão de riscos e redução da vulnerabilidade externa	Ampliação do uso de moedas locais no comércio; diversificação de reservas com inclusão do renminbi	Ausência de estratégia de ruptura com o sistema monetário vigente

Fonte: Elaboração própria com base em: (Dai,1999; Labetskaya, 2012; Araripe; Peruffo; Moreira Cunha, 2025, p. 289; Dash; Sharma; Nizami, 2019; SWIFT, 2015; Banco Central da África do Sul e Liu; Papa, 2023).

3.2 Análise dos posicionamentos

A análise dos posicionamentos dos países do BRICS no período pós-2008 revela que, embora exista uma insatisfação comum com relação o Sistema Monetário e Financeiro Internacional e a centralidade do dólar, as respostas nacionais são marcadamente heterogêneas. Heterogeneidade essa que decorre principalmente das distintas capacidades econômicas, inserções financeiras e interesses geopolíticos de cada membro do grupo. Nesse sentido, a análise de um panorama geral comparativo permite exemplificar mais claramente esse processo. Logo, é válido a menção a postura assertiva que a China e Rússia. De modo que ainda que por razões distintas, a China privilegia uma estratégia gradual e pragmática de diversificação, enquanto a Rússia associa a dependência do dólar a riscos geopolíticos diretos. Em contrapartida, Brasil, Índia e África do Sul, por sua vez, combinam críticas pontuais ao sistema vigente com estratégias mais cautelosas, condicionadas por limitações estruturais e vínculos externos relevantes. Por fim conjuntamente, esses posicionamentos indicam que o BRICS não atua como um bloco homogêneo frente ao SMFI. De forma que a convergência observada reside sobretudo na busca por redução de vulnerabilidades e maior autonomia financeira, não existindo pois a lógica de uma agenda única plenamente coordenada.

4 PROPOSTAS DE REFORMA DO SMFI E DESDOLARIZAÇÃO NO ÂMBITO DOS BRICS

O debate sobre a desdolarização do Sistema Monetário e Financeiro Internacional (SMFI) tem ganhado centralidade desde os anos 2000, intensificando-se de forma significativa após a crise financeira global de 2008. A crítica à dependência excessiva do dólar, associada, sobretudo, ao papel desempenhado pelas instituições de Bretton Woods, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, constitui um ponto de convergência entre diversos autores que analisam a ordem financeira internacional contemporânea. Nesse sentido, ainda que exista relativo consenso quanto à necessidade de reformas no sistema vigente, persistem divergências importantes acerca da viabilidade e do alcance de projetos alternativos, especialmente quando se consideram as assimetrias internas do BRICS em termos de interesses, capacidades e graus de autonomia frente à hegemonia do dólar (Liu; Papa, 2022; Becard; Barros-Platiau; Lessa, 2019). Nesse contexto, a atuação dos BRICS no debate sobre a reforma do SMFI pode ser compreendida como um processo gradual e cumulativo, marcado por distintas fases: a formulação inicial de uma agenda política comum, a criação de instrumentos financeiros e monetários próprios e, mais recentemente, a ampliação da coalizão por meio da lógica do BRICS Plus, processos esses que serão explorados nas subseções subsequentes.

4.1 A agenda de reforma do SMFI no âmbito dos BRICS (2009–2013)

A crise financeira internacional de 2008 desempenhou papel central na consolidação de uma agenda comum entre os países que viriam a compor o BRICS. A instabilidade gerada no núcleo do sistema financeiro global evidenciou as fragilidades de uma ordem excessivamente dependente do dólar e reforçou críticas quanto à sub-representação das economias emergentes nos processos decisórios do SMFI. A partir da primeira Cúpula do grupo, realizada em 2009, os BRICS passaram a expressar de forma coordenada sua insatisfação com a governança das instituições financeiras internacionais e com os riscos sistêmicos associados à centralidade de uma única moeda de reserva. Nesse período inicial, a agenda do grupo concentrou-se sobretudo no plano discursivo e normativo, defendendo reformas no FMI e no Banco Mundial, e maior participação dos países emergentes nos processos decisórios a fim de construir um sistema monetário internacional mais estável e representativo. Conforme argumentam Becard, Barros-Platiau e Lessa (2019), essa fase foi marcada por uma postura reformista, voltada à transformação gradual da ordem existente, e não por uma estratégia explícita de ruptura. Assim,

entre 2009 e 2013, os BRICS alicerçaram uma identidade política mínima no debate sobre o SMFI, criando as respectivas bases institucionais e normativas para o avanço futuro em direção a instrumentos concretos de cooperação financeira.

4.2 Instrumentos financeiros e monetários mobilizados pelos BRICS (2009–2022)

A partir da consolidação de sua agenda política inicial, os BRICS avançaram na criação de instrumentos financeiros e monetários voltados à redução da dependência do dólar e ao fortalecimento de mecanismos próprios de financiamento e liquidez. O principal marco desse processo ocorreu em 2014, com a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e do Arranjo Contingente de Reservas (*Contingent Reserve Arrangement* – CRA). O NBD foi concebido como uma alternativa parcial às instituições de Bretton Woods, com foco no financiamento ao desenvolvimento e maior flexibilidade institucional. Embora não substitua o Banco Mundial ou o FMI, o banco amplia as opções de financiamento disponíveis aos países membros, contribuindo para a diversificação das fontes de crédito e para a redução relativa da dependência do sistema financeiro tradicional dominado pelo dólar (Becard; Barros-Platiau; Lessa, 2019).

Já o CRA constitui o instrumento mais diretamente vinculado ao funcionamento do SMFI. Criado para fornecer liquidez de curto prazo em situações de pressão no balanço de pagamentos, o mecanismo opera de forma complementar ao FMI. Conforme destacam Liu e Papa (2022, p. 52), o CRA, no entanto, expressa uma ambiguidade da agenda do grupo, pois “*only 30 percent of accessible CRA funds are available to BRICS members on demand, whereas accessing the remaining 70 percent requires arrangements with the IMF*”. Fenômeno esse que evidencia o caráter cauteloso e progressivo das iniciativas monetárias dos BRICS. Para além disso, os países do grupo também avançaram em acordos de swap cambial, no uso de moedas locais em transações bilaterais e multilaterais, dentre as quais pode-se mencionar o comércio de commodities, contratos de crédito entre bancos centrais e pagamentos de investimentos ou serviços, e ainda avançaram no desenvolvimento de sistemas nacionais de pagamento não dolarizados, buscando reduzir custos de transação e a exposição às flutuações do dólar. No nível sub-BRICS, essas iniciativas poderiam, em tese, servir de base para alternativas parciais ao sistema SWIFT. Mais recentemente, surgiram debates sobre moedas digitais e mecanismos comuns de liquidação, ainda em estágio inicial e marcados por incertezas técnicas e políticas (Liu; Papa, 2022, p. 48).

4.3 BRICS Plus e a ampliação da agenda de reforma (a partir de 2023)

A partir da décima quarta Cúpula dos BRICS, realizada em 2023, observa-se uma mudança relevante na estratégia do grupo, marcada pela adoção explícita da lógica do BRICS Plus. Diferentemente das fases anteriores, centradas na construção discursiva e na criação de instrumentos financeiros, o BRICS Plus representou, e ainda representa, uma ampliação política e geoeconômica da coalizão, voltada à incorporação de novos países do Sul Global. Nesse contexto, foram convidados a integrar o grupo Arábia Saudita, Irã, Emirados Árabes Unidos, Egito, Etiópia e Argentina, tendo sua adesão oficial a partir de 2024. Nesse sentido, a ampliação do grupo reforça a dimensão estratégica do BRICS Plus, ao incluir economias relevantes do Oriente Médio, da África e do Norte da África, tendo em vista que muitas delas exercem papéis centrais nos mercados globais de energia e *commodities*. Assim, o BRICS Plus não se configura como um novo mecanismo institucional formal, mas como uma estratégia de expansão destinada a potencializar os instrumentos já existentes, ampliando, pois, sua legitimidade internacional. Conforme argumentam Liu e Papa (2022), essa lógica reflete o entendimento de que reformas mais profundas no SMFI dependem não apenas de instrumentos monetários e financeiros, mas também da construção de uma base política e material mais ampla capaz de sustentar tais iniciativas no longo prazo. Dessa forma, a ampliação do grupo permite deslocar parcialmente o foco da agenda de reforma do SMFI sobre uma dimensão estritamente monetária para uma estratégia mais abrangente de articulação geopolítica, visando maiores cooperações horizontais e consequentemente a ampliação da cooperação Sul–Sul. No entanto, é também válido questionar se essa ampliação não reforçaria ainda mais a heterogeneidade de interesses e consequentemente assimetrias internas mais profundas que limitariam uma coordenação do grupo em pró de um objetivo comum, e nesse caso a implementação de um projeto de desdolarização.

4.4 Alcance e limites das propostas de reforma

No geral, é importante frisar que mesmo com os avanços institucionais e políticos observados ao longo das diferentes fases da atuação dos BRICS, o alcance das propostas de reforma do Sistema Monetário e Financeiro Internacional permanece condicionado por limites estruturais significativos. Os instrumentos financeiros e monetários criados pelo grupo, como o NBD e o CRA, ainda operam de forma complementar, e não substitutiva, às instituições centrais da ordem financeira internacional, restringindo sua capacidade de promover transformações sistêmicas no curto prazo. Ademais, as assimetrias internas entre seus

membros, em termos de capacidades econômicas, estruturas financeiras e interesses geopolíticos, impõem ainda mais restrições adicionais à coordenação e à implementação de iniciativas concretas de reforma no curto prazo. Por isso, Liu e Papa (2022, p. 55) destacam que “*not all BRICS members have the resources or capacity to sponsor their own market infrastructures or instruments*”, o que traduz restrições significativas à consolidação de um projeto mais abrangente de desdolarização em futuro próximo. Além disso, tal limitação estrutural ajuda a explicar por que, apesar do discurso crítico e da criação de instrumentos alternativos, o grupo ainda depende, em diferentes graus, das infraestruturas financeiras e monetárias dominantes. Consequentemente, em suma, as propostas de reforma do SMFI mobilizadas pelos BRICS revelam um potencial transformador, mas, simultaneamente, revela limites estruturantes, que necessitam ser perpassados, de forma que, na próxima seção, será realizada uma análise mais aprofundada das convergências, divergências e assimetrias internas do grupo, pensando justamente em identificar divergências que retardam o processo de reforma do SMFI e uma maior abrangência da proposta de desdolarização no sentido de promover a diversificação de moedas nas transações internacionais.

5 CONVERGÊNCIAS, DIVERGÊNCIAS E ASSIMETRIAS INTERNAS DOS BRICS COMO LIMITADORES DA DESDOLARIZAÇÃO

5.1 Convergências e Divergências

No que se refere ao Sistema Monetário e Financeiro Internacional, observa-se uma convergência relevante entre os membros do BRICS quanto à crítica ao uso político do dólar e à necessidade de ampliar a autonomia financeira das economias emergentes. Essa convergência manifesta-se sobretudo no discurso favorável à diversificação monetária, ao fortalecimento de mecanismos financeiros alternativos e à redução de vulnerabilidades cambiais. Nesse sentido, vale mencionar a fala do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, durante a XVII Cúpula do BRICS (2025), ao defender a adoção de uma unidade de conta de referência para o comércio internacional, enfatizando que esta não substituiria as moedas nacionais, mas contribuiria para a redução da exposição cambial e para o fortalecimento da soberania econômica (Brazil, 2024). Assim como, a fala do presidente sul-africano Cyril Ramaphosa também reforçou, na XV Cúpula do BRICS, a ideia do “*global momentum for the use of local currencies, alternative financial arrangements and alternative payment systems*”, sinalizando o apoio do país a reformas graduais da arquitetura financeira global (Presidency of South Africa, 2023). De modo que, como evidenciado por dois dos membros que compõem o BRICS, a busca por maior

autonomia e representatividade no Sistema Internacional configura uma expectativa generalizada, ainda que em diferentes níveis de comprometimento e disposição de instrumentos para enfrentar a posição do dólar.

Ao mesmo tempo, os pronunciamentos oficiais evidenciam divergências significativas quanto à intensidade e ao sentido estratégico da desdolarização. A Rússia por exemplo adota uma postura mais confrontativa, diretamente associada à experiência recente com sanções econômicas, exemplificado no discurso do presidente Vladimir Putin na Cúpula de Kazan (2024). Nele, o presidente compreende a busca por alternativas ao dólar como uma resposta forçada à sua exclusão do sistema financeiro dominante: *“We are not rejecting or fighting the dollar. But if we are not given the chance to use it, what can we do?”* (Putin, 2024). Em contrapartida, a Índia, expressa uma posição claramente mais cautelosa. Segundo o ministro das Relações Exteriores, S. Jaishankar, o país *“has never been for de-dollarization”* e não possui interesse em enfraquecer o dólar, dado o peso dos Estados Unidos como seu principal parceiro comercial (Jaishankar, 2024). Assim tal postura revela uma estratégia pragmática, baseada na cooperação seletiva e na preservação de vínculos com o sistema financeiro dominante, demonstrando que as divergências nas diferentes agendas de políticas externas que compõem o grupo refletem as dificuldades em alcançar avanços mais significativos e equiparados.

5.2 A posição chinesa e o desequilíbrio interno de protagonismo

A China, por sua vez, ocupa uma posição singular dentro do grupo, combinando crítica estrutural à hegemonia do dólar com capacidade material para impulsionar alternativas sistêmicas. No BRICS Business Forum (2023), o presidente Xi Jinping condenou a politização da economia global e o uso de sanções associadas à posição privilegiada no sistema monetário internacional (Xi Jinping, 2023), reforçando a estratégia chinesa de promoção de sistemas de pagamento alternativos e da internacionalização gradual do renminbi. Esse protagonismo, entretanto, aprofunda as assimetrias internas do grupo, uma vez que nem todos os membros dispõem de recursos econômicos, financeiros ou institucionais para sustentar iniciativas de mesma magnitude. Assim, a liderança chinesa, embora fortaleça a agenda reformista do BRICS, também evidencia desequilíbrios que dificultam a construção de uma estratégia verdadeiramente uniforme.

5.3 Implicações

Assim, é possível constatar que o grupo compartilha uma crítica comum à ordem financeira internacional, mas apresenta diferenças substanciais quanto às estratégias, prioridades e limites da desdolarização. Logo, a partir da análise dos pronunciamentos oficiais é possível concluir que a unidade do grupo reside mais no plano discursivo e reformista do que na adoção de ações homogêneas e coordenadas, limitando pois qualquer avanço concreto sobre o SMFI, em um curto espaço de tempo. De modo que as divergências internas não inviabilizam no todo as iniciativas do BRICS, mas condicionam seu grau de alcance e reforçam a necessidade de compreender as assimetrias estruturais existentes entre os membros como um fator central na explicação dos limites das propostas de reforma do Sistema Monetário e Financeiro Internacional

5.4 Assimetrias Internas como limitadores da Desdolarização

Por conseguinte, a partir do que já foi expresso anteriormente é necessário compreender como a dinâmica das divergências se traduzem também nas assimetrias internas do grupo e como tal processo limita a alternativa da desdolarização ao Sistema Monetário Financeiro e Internacional. Nesse sentido, é importante frisar que embora os BRICS tenham avançado na formulação de instrumentos financeiros e monetários alternativos e na construção de um discurso crítico à hegemonia do dólar, não se pode negar que o alcance efetivo das propostas de desdolarização permanece condicionado por assimetrias internas profundas. Dentre as principais assimetrias que condicionam a atividade do grupo, vale mencionar quatro dimensões majoritárias: econômica, geopolítica, institucional e financeira. De modo, que tais dimensões afetam diretamente a capacidade do grupo em atuar de forma coordenada e consistente na reforma do Sistema Monetário e Financeiro Internacional. Assim, somente será possível a compreensão efetiva limites sobre o projeto de desdolarização da economia, a partir de análises dimensionais mais aprofundadas

Nesse sentido, a primeira dimensão, está relacionada às diferenças significativas de capacidade econômica e financeira existentes entre os membros do grupo. Assim, é importante mencionar que a China, enquanto um país emergente que mais despontou dentre os demais componentes, revela-se como o único país do grupo que possui uma moeda parcialmente internacionalizada, com ampla capacidade de financiamento externo, tal como grandes reservas internacionais e instituições financeiras com alcance global. Em contrapartida, é importante também analisar que os demais países: Brasil, África do Sul e, em menor medida, Índia,

apresentam mercados financeiros menos profundos e maior vulnerabilidade a fluxos de capitais internacionais.

Assim, conclui-se que nem todos os membros possuem condições materiais para sustentar ou liderar iniciativas de criação de infraestruturas financeiras alternativas ao sistema dominado pelo dólar. Mais uma vez a observação de Liu e Papa (2022, p. 55), “*not all BRICS members have the resources or capacity to sponsor their own market infrastructures or instruments*”, traduz-se fidedigna, às restrições estruturais e relevantes que conformam o processo de implementação de mecanismos comuns de desdolarização. Dessa forma, ainda que exista um discurso convergente em torno da redução da dependência do dólar, entre os BRICS, a capacidade de ação ainda permanece altamente desigual.

A segunda dimensão, por sua vez, refere-se às divergências geopolíticas existentes entre os membros do BRICS. Enquanto Rússia e China percebem a hegemonia do dólar como um instrumento de poder coercitivo dos Estados Unidos, especialmente no contexto de sanções econômicas, países como Índia, Brasil e África do Sul adotam posturas mais cautelosas, buscando preservar margens de manobra em suas relações com o Ocidente. Ao se pensar, no caso específico russo, a desdolarização assume um caráter defensivo e estratégico, diretamente relacionado à necessidade de mitigar os efeitos das sanções internacionais. Por sua vez, a China enxerga a diversificação monetária como parte de um projeto sistêmico de longo prazo, voltado à reconfiguração gradual da ordem econômica internacional.

Em contrapartida, a Índia ainda expressa resistência explícita a iniciativas que possam ser interpretadas como um enfrentamento direto ao dólar, enquanto o Brasil e a África do Sul adotam posições intermediárias, favoráveis à diversificação monetária, mas sem romper com a estrutura vigente. Dessa forma, tais diferenças revelam que os incentivos à desdolarização estão longe de serem considerados homogêneos, de modo que seja dificultado a construção de uma estratégia, o que implica drasticamente na redução de profundidade das ações coletivas no âmbito do BRICS.

A terceira dimensão por sua vez, refere-se aos limites institucionais decorrentes da ausência de mecanismos supranacionais de tomada de decisão, dentro do grupo, associados à falta de estruturas capazes de impor compromissos vinculantes aos seus membros, implicando, pois, na impossibilidade da implementação de mudanças mais engendradas no sentido da desdolarização. Nesse sentido, observa-se que, no âmbito dos BRICS, o consenso pleno é o único mecanismo de legitimação das decisões coletivas. De forma que, embora a autonomia das políticas nacionais seja preservada, passa a ser dificultado a construção de um

comprometimento equilibrado em torno de objetivos comuns. Assim, é coerente mobilizar um aparato institucional dentro do próprio grupo que seja capaz de coordenar e fiscalizar a implementação da reforma, reconhecendo os limites nacionais de cada membro, mas reforçando seus respectivos engajamentos, tendo em vista que a continuidade do arranjo contemporâneo tal como se conhece replica o impasse do grupo em avançar de forma conjunta na superação do sistema financeiro e monetário internacional ainda dominado pelo dólar.

Com isso, conforme destacado por Becard, Barros-Platiau e Lessa (2019), o modelo de funcionamento dos BRICS reflete uma estratégia reformista e gradualista, visando, pois, ampliar alternativas, já que como expresso anteriormente, o processo de ruptura imediata com a arquitetura financeira internacional em um curto espaço de tempo traduziria inviável e totalmente ineficiente. Logo, a ausência de uma institucionalidade mais robusta limita drasticamente a capacidade do BRICS de avançar para formas mais profundas de coordenação monetária, tal como a criação de uma moeda comum ou ainda um sistema plenamente integrado de pagamentos internacionais que não estejam ancorados no dólar, representando uma das principais barreiras limitadoras ao projeto de desdolarização.

Por fim, as distintas formas de inserção internacional, correspondente ao âmbito financeiro, identifica a quarta e última dimensão. Assim, a análise das estruturas produtivas, junto aos padrões de comércio exterior e os graus de dependência financeira como dinâmicas que variam significativamente entre os membros, permite compreender a influência direta sobre suas preferências monetárias e consequentemente maior facilidade/dificuldade em inserir-se no plano internacional. Assim passa a ser justificado, o fato de que economias mais integradas aos mercados financeiros ocidentais, como Brasil, Índia e África do Sul, tendem a enfrentar custos mais elevados em iniciativas que desafiem a centralidade do dólar, enquanto países com maior autonomia financeira, como Rússia e China, ao serem submetidos a restrições externas mais severas, tendem a apresentar maior disposição para explorar alternativas.

Consequentemente, essa heterogeneidade reforça a dificuldade de se alinhar interesses e prioridades no âmbito do grupo, limitando diretamente o escopo das iniciativas de desdolarização seja sobre a dinâmica de arranjos parciais, bilaterais ou setoriais. De forma que, as assimetrias internas dos BRICS traduzem a primazia que explica os limites das propostas de desdolarização do Sistema Monetário e Financeiro Internacional. Com isso, é possível afirmar que embora o grupo tenha avançado na criação de instrumentos alternativos e na ampliação do debate sobre a reforma da ordem financeira global, estas ainda permanecem condicionadas por diferenças estruturais profundas entre seus membros.

Por conseguinte, por meio da realização dessa pesquisa foi possível compreender que os BRICS se traduzem como um grupo de profunda relevância e representatividade, ao contestar a manutenção de um Sistema Monetário e Financeiro Internacional, onde apenas uma moeda concentra todo o poder da economia financeira global. De modo que, a longo prazo, o grupo pode ampliar o uso de moedas alternativas locais, contribuindo para a construção de um Sistema Monetário Internacional caracterizado por maior diversificação monetária e menor concentração de poder reduzindo, pois, desigualdades estruturais no sistema global. No entanto, ao se pensar no projeto da desdolarização da economia, a curto prazo, é importante frisar que este pensamento não é marcado por uniformidade ou linearidade, no que diz respeito ao seu processo de implementação, mas sim por um processo fragmentado, gradual e desigual, moldado pelas capacidades nacionais, pelos interesses geopolíticos e pelos limites institucionais de cada membro do grupo. Dessa forma, a pesquisa em questão ajuda simultaneamente a explorar e evidenciar quais fatores corroboram a manutenção continuidade da posição central do dólar no sistema monetário internacional, e justificar a ineficiência do discurso crítico e das iniciativas em curso até aqui tomadas, ao demonstrar que as assimetrias estruturais e internas ao grupo limitam a capacidade e consequente atuação do grupo.

6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar em que medida a proposta de desdolarização promovida pelo BRICS pode configurar uma alternativa viável à ordem financeira internacional dominada pelo dólar, considerando os interesses de política externa de seus países-membros. Para tanto, buscou-se examinar a atuação do grupo no âmbito do Sistema Monetário e Financeiro Internacional (SMFI), suas iniciativas institucionais e monetárias, bem como as convergências, divergências e assimetrias internas que condicionam o alcance dessas propostas. Assim, a análise desenvolvida ao longo do trabalho permite afirmar que, embora o BRICS tenha se consolidado como um importante fórum de contestação discursiva e institucional à governança financeira internacional vigente, suas iniciativas de desdolarização não configuram, no curto prazo, uma alternativa sistêmica plena à ordem financeira internacional centrada no dólar. Nesse sentido, a hipótese que orientou a pesquisa de que a heterogeneidade de interesses e as assimetrias internas do grupo limitam o alcance das propostas de desdolarização foi confirmada. As ações do BRICS revelam uma estratégia predominantemente gradual, pragmática e cautelosa, voltada mais à ampliação de margens de autonomia do que à substituição direta da moeda norte-americana como pilar central do SMFI. Os instrumentos financeiros e monetários mobilizados pelo grupo, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), o Acordo Contingente de Reservas (CRA), o incentivo ao uso de moedas locais e o debate sobre sistemas de pagamento alternativos, representam avanços institucionais relevantes no contexto pós-crise de 2008. No entanto, tais mecanismos apresentam limitações significativas, seja por sua escala restrita, seja por sua dependência parcial das instituições de Bretton Woods ou ainda pela ausência de coordenação monetária aprofundada entre os membros. Dessa forma, ainda que contribuam para reduzir vulnerabilidades específicas e diversificar instrumentos de financiamento, esses mecanismos não alteram substancialmente a hierarquia monetária internacional vigente. Ademais, a partir da ampliação do grupo com a incorporação de novos países no âmbito do BRICS Plus, observou-se um alargamento da agenda política e geoeconômica do bloco, que ultrapassa a dimensão estritamente monetária. Entretanto, essa expansão também intensificou os desafios de coordenação interna, ampliando a diversidade de interesses nacionais, capacidades econômicas e inserções internacionais. Longe de fortalecer automaticamente a agenda de desdolarização, a ampliação do grupo reforça o caráter heterogêneo e não vinculante das iniciativas do BRICS, evidenciando os limites de sua atuação coletiva no campo financeiro.

Nesse contexto, as assimetrias internas do grupo emergem como a principal variável explicativa para os limites da desdolarização. As diferenças entre os países em termos de peso econômico, poder financeiro, grau de dependência do dólar e alinhamentos geopolíticos condicionam profundamente suas posições frente ao SMFI. Enquanto China e Rússia demonstram maior disposição em promover alternativas ao dólar, motivadas por interesses estratégicos e, no caso russo, por sanções econômicas, países como Índia, Brasil e África do Sul adotam posturas mais cautelosas, buscando preservar relações econômicas estratégicas com os Estados Unidos e evitar rupturas abruptas com a ordem vigente. Como destacado por Liu e Papa (2022), nem todos os membros dispõem de recursos ou capacidades institucionais para sustentar infraestruturas financeiras próprias, o que traduz restrições estruturais à consolidação de um projeto mais abrangente de desdolarização. Dessa forma, o estudo contribui para o campo da Economia Política Internacional ao demonstrar que a desdolarização não deve ser compreendida apenas como um fenômeno técnico ou monetário, mas como um processo profundamente político, condicionado por relações de poder, capacidades estatais e interesses nacionais divergentes. Ao evidenciar o papel das assimetrias internas dos BRICS como fator limitador das propostas de reforma do SMFI, o trabalho afasta interpretações simplificadoras sobre um suposto declínio imediato da hegemonia do dólar e reforça a necessidade de análises mais aprofundadas sobre as transformações em curso na ordem financeira internacional. Por fim, a pesquisa permite concluir que o BRICS não se apresenta, em um horizonte de curto prazo, como um agente capaz de substituir a centralidade do dólar no SMFI, mas sim como um vetor de contestação progressivo, que amplia espaços de manobra para seus membros e contribui para a emergência de uma ordem monetária mais plural e fragmentada. Nesse sentido, é possível afirmar que enquanto não houver uma superação dessa dinâmica, marcada por avanços parciais e limites estruturais, as iniciativas tomadas pelos BRICS, enquanto uma coalizão do Sul Global que busca maior autonomia no Sistema Monetário e Financeiro Internacional contemporâneo, continuarão restritas e incapazes de consolidar verdadeiramente um Sistema Monetário e Financeiro Internacional mais bem equiparado e multipolar.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARARIPE, Thaís; PERUFFO, Luiza; MOREIRA CUNHA, André. O BRICS e a agenda de desdolarização: avanços e desafios na presidência do Brasil. **Revista Tempo do Mundo**, n. 38, p. 285-319, ago. 2025. DOI: <https://doi.org/10.38116/rtm38art10>. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/696>. Acesso em: 2 ago 2025

ATALE, Nikhil. **A decade of BRICs: prospects and challenges for next decade**. Hyderabad: Dhruva College of Management, 2011.

BECARD, Danielly Silva Ramos; BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; LESSA, Antônio Carlos. Brazil in the BRICS after ten years: past, present, and near future perspectives. In: SHAW, Timothy M.; COOPER, Andrew F.; OPERTTI, Daniela (org.). **The international political economy of BRICS**. 1. ed. London: Routledge, 2019. cap. 8, p. 125–142.

BESHARATI, Neissan; ESTEVES, Paulo. Os BRICS, a cooperação Sul-Sul e o campo da cooperação para o desenvolvimento internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 59, n. 2, p. 1–16, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7329201600206>.

BRASIL. Lula da Silva, Luiz Inácio. **Discurso durante a sessão plenária aberta da Cúpula do BRICS**. Itamaraty, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/en/content-centers/speeches-articles-and-interviews/president-of-the-federative-republic-of-brazil/speeches/speech-by-president-luiz-inacio-lula-da-silva-during-the-brics-summit-open-plenary-session>. Acesso em: 19 jul. 2025.

CARNEIRO, Ricardo. Globalização e inconvertibilidade monetária. Campinas: Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, **Texto para Discussão** n. 120, abr. 2006 (rev. ago. 2007). ISSN 0103-9466. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/1750/texto120.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2025.

COHEN, Benjamin J. **The geography of money**. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

COOPER, Andrew F.; FAROOQ, Asif B. Testing the Club Dynamics of the BRICS: The New Development Bank from Conception to Establishment. **International Organisations Research Journal**, v. 10, n. 2, p. 1-15, 2015.

CURTIS, John. The BRICS group: overview and recent expansion. Londres: UK Parliament, 11 nov. 2024. **Research Briefing n. CBP-10136**. Disponível em: <https://researchbriefings.files.parliament.uk/documents/CBP-10136/CBP-10136.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2025.

DAI, Xianglong. **Statement by Mr. Dai Xianglong, Governor, People's Bank of China, at the Fifty-Third Meeting of the Interim Committee of the Board of Governors of the International Monetary System**. [S. l.], set. 1999. Disponível em: <https://www.imf.org/external/am/1999/icstate/chn.htm>. Acesso em: 29 ago. 2025.

DALDEGAN, William; CARVALHO, Carlos Eduardo. Brics as a dynamic and in process phenomenon of global planning: an analysis based on the 2009-2020 annual summit declarations. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 117-147, abr. 2022. ISSN 2317-773X.

DE CONTI, B. M.; PRATES, D. M.; PLIHON, D. A hierarquia monetária e suas implicações para as taxas de câmbio e de juros e a política econômica dos países periféricos. **Economia e Sociedade**, v. 23, n. 2, p. 341–372, 2014.

DE CONTI, Bruno; PRATES, Daniela Magalhães. The international monetary system hierarchy: current configuration and determinants. Campinas: Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, **Texto para Discussão n. 335**, abr. 2018. ISSN 0103-9466. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3613/TD335.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2025.

ECONOMIC TIMES. India reluctant to join de-dollarization chorus at BRIC. [S. l.], 15 jun. 2009. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/news/economy/policy/india-reluctant-to-join-de-dollarisation-chorus-at-bric/articleshow/4659464.cms>. Acesso em: 19 jul. 2025.

ECONOMIC TIMES. India's stance on BRICS currency proposal. **The Economic Times**, 2024. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/news/economy/foreign-trade/india-has-no-interest-in-weakening-us-dollar-jaishankar-responds-to-trumps-threat-to-brics-nations/articleshow/116081534.cms>. Acesso em: 19 jul. 2025.

EICHENGREEN, Barry J. *Globalizing capital: a history of the international monetary system*. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 2008.

FRITZ, Barbara; DE PAULA, Luiz Fernando; PRATES, Daniela Magalhães. *Global currency hierarchy and national policy space: A framework for peripheral economies*. **European Journal of Economics and Economic Policies**: Intervention, Edward Elgar Publishing, vol. 15(2), pages 208-218, September, 2018.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **Currency composition of official foreign exchange reserves (COFER)**. Washington, DC: IMF, 2021.

GARCIA, Ana; LANNES, Daniel; REZENDE, André. O Brasil nos BRICS: trajetória e desafios. **Cadernos Adenauer**, v. 24, n. 2, p. 65-69, 2023

GOLUBKOVA, Katya; PINCHUK, Denis; SOLDATKIN, Vladimir. Putin says Russia to diversify its state reserves. **Reuters**, 8 maio 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/business/putin-says-russia-to-diversify-its-state-reserves-idUSKBN1I922F/>. Acesso em: 3 set. 2025

GOWAN, Peter. *A Roleta Global*. São Paulo: Record, 2003.

HELLEINER, Eric; WANG, Hongying. Limits to the BRICS' challenge: credit rating reform and institutional innovation in global finance. **Review of International Political Economy**, [S.l.], v. 25, n. 5, p. 573–595, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/09692290.2018.1490330>

HOOIJMAAIJERS, Bas. China, the BRICS, and the limitations of reshaping global economic governance. **The Pacific Review**, [S.l.], 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09512748.2019.1649298>. Acesso em: 8 jul. 2025.

HU JINTAO, President. **President Hu Jintao's interview with American press**. [S. l.], 17 jan. 2011. Disponível em: https://id.china-embassy.gov.cn/eng/ztbd/hjt/201101/t20110119_2345920.htm. Acesso em: 29 ago. 2025.

JAISHANKAR, Subrahmanyam. **Remarks at the Doha Forum**. Doha, 10 December 2024.

LABETSKAYA, Katerina. Sergei Ryabkov: “BRICS is a catalyst for global governance reform”. **Rússia Beyond**, 23 maio 2012. Disponível em: https://www.rbth.com/articles/2012/05/23/sergei_ryabkov_brics_is_a_catalyst_for_global_governance_reform_15691.html. Acesso em: 29 ago. 2025

LI, Xiaoyun; CAREY, Richard. The BRICS and the international development system: challenge and convergence? **Evidence Report**, n. 58. Março 2014.

LIU, Zongyuan Zoe; PAPA, Mihaela. **Can BRICS de-dollarize the global financial system?** Cambridge: Cambridge University Press, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/9781009029544>. Acesso em: 6 jul. 2025.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **Speech excerpts from Xi Jinping**. MFA China, 2022. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/eng/wjb/zzjg_663340/ggjjs_665228/xwlb_665230/202206/t20220622_10708010.html. Acesso em: 19 jul. 2025.

MOREIRA JR., Hermes. Os BRICS e a recomposição da ordem global: estratégias de inserção internacional das potências emergentes. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 3, n. 9-10, p. 31-55, dez. 2011 – mar. 2012. ISSN 2178-8839.

MURAU, Steffen; PAPE, Fabian; PFORR, Tobias. International monetary hierarchy through emergency US-dollar liquidity: A key currency approach. **Competition & Change**, v. 27, n. 3–4, p. 495–515, 2023. DOI: 10.1177/10245294221118661.

NACH, Marida; NCWADI, Ronney. BRICS economic integration: prospects and challenges. **South African Journal of International Affairs**, v. 31, n. 2, p. 151–166, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/10220461.2024.238067>.

PRATES, Daniela Magalhães; DE CONTI, Bruno Martarello. A hierarquia monetária e suas implicações para as economias periféricas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 199–229, maio/ago. 2011

PUTIN, Vladimir. BRICS: Towards New Horizons of Strategic Partnership. **The Kremlin** (Official website of the President of Russia), 01 set. 2017. Disponível em: <https://en.kremlin.ru/events/president/news/55487>.

PUTIN, Vladimir. **Speech at the BRICS Summit**. Kazan, October 2024.

QOBO, Mzukisi; SOKO, Mills. The rise of emerging powers in the global development finance architecture: the case of the BRICS and the New Development Bank. **South African Journal of International Affairs**, v. 22, n. 3, p. 277–288, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/10220461.2015.1089785>

SAUVY, Alfred. *Trois mondes, une planète*. **L'Observateur**, Paris, 1952.

SERRANO, Franklin. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível. In: FIORI, José Luís (org.). *O poder americano: da guerra fria à guerra preventiva*. 3. ed. Petrópolis: **Vozes**, 2007. p. 203–237. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/692692491/O-poder-americano-p-11-64-FIORI>. Acesso em: 20 jul. 2025

TRIFFIN, Robert. **Gold and the dollar crisis: the future of convertibility**. New Haven: Yale University Press, 1960.

TRIFFIN, Robert. The dilemma of the dollar. London: **The Economist**, 1960.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

XI JINPING. **Speech at the BRICS Business Forum.** Johannesburg, August 2023.